

INFORME PAIS - BRASIL

RELATO ESCOLAS BRASIL

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Pretendemos apresentar, em um breve relato, um panorama da situação dos cursos de Biblioteconomia e dos profissionais bibliotecários no Brasil.

Os dados apresentados são gerais, uma vez que o número de cursos e de profissionais é grande, demandando para seu aprofundamento uma pesquisa mais ampla e rigorosa.

Visando tornar mais claro o entendimento dos dados, dividiremos este relato em alguns tópicos: - Cursos de graduação, pós-graduação, especialização e outros; - Profissionais: mercado, salário, condições de trabalho; - Docentes dos cursos da área: publicações, grupos de pesquisa, titulação; - Entidades da área no âmbito da formação; - Discentes: bolsas, estágios, eventos, etc.

Cursos de Graduação

A história da formação de bibliotecários no Brasil inicia-se, formalmente, com a criação do curso da Biblioteca Nacional no início do século XX. Com base em concepções europeias da Biblioteconomia, buscava formar funcionários para atuar na Biblioteca Nacional, localizada no Rio de Janeiro. O curso criado pela Prefeitura de São Paulo, na década de 1930, por seu lado, traz para o Brasil concepções americanas da Biblioteconomia. Aberta para interessados recebeu muitos alunos de outros estados que, depois de formados, retornaram para seus espaços e lá implantaram bibliotecas com as concepções veiculadas e defendidas no curso.

A partir de 1962 a profissão de bibliotecário é reconhecida pelo Estado. A profissão, por ser reconhecida como de curso superior, exige a criação de vários cursos para suprir a demanda por esses profissionais.

Em 1984 os cursos se adaptam a novas exigências do Estado e passam, aqueles que ainda não o eram, a ter quatro anos de duração.

No final dos anos 1990 os cursos devem ter como parâmetro as Diretrizes Curriculares, construída por professores da área.

Os cursos de graduação, hoje, são oferecidos em 3, 4 e 5 anos. Qualquer um desses tipos deve ter um mínimo de horas aula, sendo que 10% delas destinadas para estágio.

As Diretrizes Curriculares apontam bases mínimas para a formação do bibliotecário, mas são abertas permitindo que os Projetos Políticos Pedagógicos sejam direcionados para os interesses e necessidades das comunidades as quais os cursos atendem. Assim, considerando as várias regiões brasileiras, e as diferenças que existem entre elas, os cursos podem criar disciplinas ou focos voltados para as características, tanto econômicas, culturais, educacionais, etc. dessas regiões. Um curso existente na cidade de Manaus, que se localiza na região norte, por exemplo, pode ter sua matriz curricular estruturada para atender as necessidades da região e ser diferente da matriz de um curso localizado em Porto Alegre, região sul do país. Importante e necessário que cada curso atenda as determinações das Diretrizes Curriculares.

Os cursos de Biblioteconomia (hoje em um número aproximado de 40) encontram-se majoritariamente inseridos em Universidades Federais públicas. Há também outros sediados em Universidades Estaduais públicas, em Universidades confessionais (como a Pontifícia Universidade Católica – atualmente apenas a da cidade de Campinas possui o curso) e Universidades ou Faculdades particulares. Estas últimas estão localizadas no Estado de São Paulo, aliás, estado que concentra um grande número de cursos.

Os cursos vinculados a Universidades ou Faculdades do setor privado são os oferecidos com duração de três anos. Os demais são ofertados com um mínimo de 4 anos, exceção ao curso noturno da Universidade de São Paulo (USP), que tem duração de 5 anos.

Há cursos de graduação em Biblioteconomia oferecidos apenas no período matutino, apenas no período vespertino ou apenas no período noturno. O único curso diferenciado nesse aspecto é o da UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, localizada na cidade de Marília, no Estado de São Paulo – oferecido no período diurno (manhã e tarde).

Todos os cursos são oferecidos na modalidade presencial. Hoje há iniciativas de oferta do curso de graduação em EaD – Educação à Distância. Nessa modalidade, exige-se uma parte presencial, com o aluno contatando tutores alocados nas sedes regionais do curso. Uma dessas iniciativas é a da Universidade de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

A UAB – Universidade Aberta do Brasil – está criando um curso à distância de graduação em Biblioteconomia, com a contribuição do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN). Tal curso tem como objetivo atender a uma demanda crescente por profissionais da área, não suprida pelos cursos presenciais já existentes.

Em 2010 foi aprovada a Lei 12.244 que “Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”. Determina um prazo de 10 anos – que vencerá em 2020 – para que todas as escolas no Brasil possuam uma biblioteca e um bibliotecário. Esse registro legal exigirá a formação de 200.000 novos bibliotecários apenas para cobrir as bibliotecas escolares do país. Os cursos atuais formam, em média, 1.500 novos profissionais por ano e que devem atender todos os tipos e modalidades de bibliotecas. Essa é uma situação nova que os professores e pesquisadores da área devem enfrentar nos próximos anos.

Outro dado interessante é a mudança na nomenclatura de cursos da área. Até os anos de 1980 os cursos eram denominados, em sua maioria, “Biblioteconomia e Documentação”. Em seguida, passaram a ser designados como “Biblioteconomia”. Vale lembrar que, por lei, os formados recebem o título de Bibliotecário. A partir do final dos anos 1990 outras denominações se juntaram à de “Biblioteconomia”: “Gestão da Informação”, “Ciência da Informação”, “Administração da Informação”.

O curso “Administração da Informação” sucedeu a um curso de “Biblioteconomia” em uma universidade privada da cidade de São Paulo, mas, posteriormente, desligou-se do âmbito da área. O curso de “Ciência da Informação” foi criado na PUC de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, mas hoje não está mais em funcionamento. Por sua vez, os cursos de “Gestão da Informação” são em número de 4, assim localizados: Universidade Federal do Paraná – UFPR, em Curitiba; Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, em Recife; Universidade Federal de Goiás – UFG, em Goiânia e, desvinculada de cursos de Biblioteconomia, o da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, em Uberlândia.

Cursos de pós-graduação lato e stricto sensu

Além dos cursos de graduação, as Universidades, em especial as Federais, oferecem cursos de pós-graduação lato sensu (especializações, número mínimo de 360 horas) e cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado).

Os cursos de especialização (lato sensu) são oferecidos a partir de demandas por temas ou assuntos. Eles podem ser ofertados por um período e desativados caso a procura diminua ou pesquisas apontem desinteresse dos profissionais pelos temas abordados. Muitos, mesmo sendo oferecidos em Universidades públicas, cobram mensalidades dos alunos. Têm duração de um ano a um ano e meio e exigem, em sua maioria, a elaboração de uma monografia final como condição para obter o certificado de conclusão.

A pós-graduação stricto sensu abrange os cursos de mestrado e de doutorado. O mestrado possui duas modalidades: o mestrado acadêmico – tradicional, que visa formar docentes e pesquisadores da área – e o mestrado profissional, voltado para os que estão atuando na área e que visa preparar esses profissionais para uma melhor atuação.

Em números:

Pós-graduação lato sensu – difícil quantificá-los, pois vários são criados todos os anos e outros tanto deixam de funcionar.

Pós-graduação stricto sensu –

Mestrado acadêmico – 14

Mestrado profissional – 03

Doutorado – 09

As instâncias que controlam e fiscalizam a educação no âmbito da pós-graduação possibilitam a criação de MINTER (Mestrado Interinstitucional) e de DINTER (Doutorado Interinstitucional). O Programa de Pós-Graduação que é avaliado com uma determinada nota pode criar convênio com uma Instituição que deseja oferecer mestrado ou doutorado sobre um determinado tema, mas não possui ainda a aprovação para oferecê-lo. Assim, pelo convênio, o Programa existente cria uma

turma específica na Instituição com a qual estruturou o convênio. Já são várias as experiências existentes nesse sentido, tanto de MINTER como de DINTER.

Além do MINTER e do DINTER entre Instituições nacionais, hoje é possível oferecê-los internacionalmente. A primeira dessa nova modalidade terá início em 2015 com um DINTER internacional oferecido pela UNESP – Marília/SP, para a Universidade de Havana, Cuba.

Profissionais: mercado, salário, condições de trabalho

A profissão do Bibliotecário no Brasil foi reconhecida em 1962 pela Lei 4084. O termo que designa esse profissional, aprovado na época e vigente até hoje é: “Bibliotecário”. O senso comum, no entanto, utiliza outras variáveis: “Biblioteconomista”, “Bibliotecário-Documentalista”, “Cientista da Informação” e outros.

Algumas tentativas de alteração da lei 4084 não foram bem sucedidas.

O mercado do profissional bibliotecário acompanha as alterações da economia brasileira. Claro que quando a taxa de desemprego geral é alta, a do bibliotecário também recrudesce; por outro lado, quando a taxa de desemprego do país é menor, a do bibliotecário também cai e as vagas e espaços de trabalho aumentam.

Os segmentos de atuação também acompanham as características regionais ou os núcleos econômicos mais importantes de cada localidade. As cidades pouco industrializadas ou com pobre atuação na área de serviços tendem a oferecer um número pequeno de emprego para os bibliotecários. Nesses casos, o maior mercado é o vinculado ao governo, seja ele no âmbito federal, estadual ou municipal. As bibliotecas públicas, escolares e universitárias se constituem, nesse caso, como o principal mercado para os bibliotecários. Já nas regiões industrializadas ou com um forte segmento de serviços, as bibliotecas especializadas formam o maior espaço de trabalho para esse profissional.

Da mesma forma, o salário pago para o bibliotecário acompanha o valor do salário dos profissionais em número majoritário de uma instituição. Se os salários desses profissionais forem baixos, o do bibliotecário provavelmente seguirá esse valor. Ao contrário, se os salários daqueles profissionais forem altos, os do bibliotecário também

serão. Assim, como a categoria dos professores tem um salário baixo, aquém de seus méritos e competências, os bibliotecários que atuam em escolas (que têm como maioria dos profissionais que nelas atuam o professor) receberão também um salário baixo, aquém de seus méritos e competências.

O total de Bibliotecários atuando no Brasil hoje, calcula-se entre 20.000 e 25.000, quase todos empregados. Do total registrado nos Conselhos Regionais de Biblioteconomia espalhados pelos Estados e centralizado no Conselho Federal de Biblioteconomia, em Brasília – algo próximo a 30.000 – muitos não mais exercem a profissão, se aposentaram, faleceram ou nunca atuaram como bibliotecário.

Docentes dos cursos da área: publicações, grupos de pesquisa, titulação

Em boa parte dos cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil os docentes possuem titulação de doutor ou mestre. A exigência mínima inicial para os candidatos a concurso público é de doutorado. Caso não haja nenhum inscrito com essa titulação, a exigência passa a ser de mestrado. Há legislação específica para as Universidades determinando percentuais mínimos para cada titulação, tanto de doutorado como de mestrado. No caso desses percentuais serem alcançados, a instituição pode contratar docentes com especialização ou mesmo apenas com o título de bacharel.

As Universidades públicas, em sua maioria, não mais aceitam docentes com titularidade menor que doutorado, exceto em alguns casos em que não há candidatos inscritos, como observado acima.

Os professores são contratados para atuar em regime de Dedicção Exclusiva (na maioria dos cursos), 40 horas semanais, repartindo suas atividades entre o ensino (sala de aula), pesquisa e atividades administrativas. Há docentes que atuam com pesquisa e outros que coordenam atividades de extensão (considerada como ações da Universidade em prol da comunidade).

Alguns outros trabalham em regime parcial (20 horas) ou como horistas. Nas Universidades privadas a maioria dos professores enquadra-se nesse regime. Do mesmo modo, nas Universidades públicas, na falta de professores para atender a todas as atividades, são contratados professores substitutos. Estes podem ter seus vínculos em qualquer um dos regimes descritos anteriormente.

Como a maior parte dos cursos estão atrelados a Universidades públicas, o salário pago aos professores tem sua média relacionada à remuneração desses docentes. Não há diferença entre os salários pagos para professores de cursos de Universidades das várias regiões do país, independente das diferenças e características de cada uma delas.

Nas Universidades são desenvolvidas pesquisas por parte dos professores, coordenadas por estes, embora contando com a participação de alunos, tanto de graduação como de pós-graduação, além de profissionais atuando no mercado de trabalho com o tema pesquisado.

As pesquisas são desenvolvidas dentro de Grupos de Pesquisa inscritos em base de dados federal específica. Informações sobre esses Grupos estão reunidas no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). O acesso pode ser feito pelo site <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>.

Do mesmo modo, dados sobre docentes e pesquisadores brasileiros, de todas as áreas do conhecimento humano, são de acesso livre e podem ser localizados também junto ao CNPq em um site chamado de Plataforma Lattes, cujo endereço é: <http://lattes.cnpq.br/>.

Na Plataforma Lattes é possível conhecer dados sobre o docente ou pesquisador, como nome, instituição em que atua, Grupos de Pesquisa que coordena ou que participa, órgãos administrativos da Universidade que participa (como Conselho de Curso, Chefia de Departamento, Câmaras, Congregações, Diretorias, etc.), atuação profissional, produção intelectual e técnica, participação em bancas, orientações, palestras, etc.

Discentes: bolsas, estágios, eventos, etc.

O número de alunos cursando Biblioteconomia no país é de, aproximadamente, 6.000. A evasão, embora exista e deva ser motivo constante de análise e preocupação, não é expressiva. Há pesquisas sobre o tema, mas quase sempre localizadas, tendo um determinado curso como campo de estudo.

Os cursos oferecem apoio além das salas de aula, como laboratórios, espaços para estudos, bibliotecas, acesso a uma central de periódicos nacional (Portal de Periódicos

Capes), participação a interessados em Grupos de Pesquisa, Grupos de Extensão, etc.

Vale destacar que existem várias revistas especializadas na área sob responsabilidade de Departamentos ou de cursos, todas de acesso livre e muito utilizadas pelos alunos, além, claro, de professores e pesquisadores.

Para os que estudam em cidades diferentes das que residem, as Universidades oferecem moradia (com um limite de vagas).

Há também, para todos os estudantes que desejarem, o restaurante universitário, com alimentação subsidiada a um preço muito abaixo do praticado pelo mercado.

Também são oferecidas bolsas que visam permitir ao aluno dedicar-se quase que exclusivamente ao curso. Há bolsas de Iniciação Científica (para aqueles que se vinculam a Grupos de Pesquisa), de Inclusão Social (para os que entram na Universidade pelo sistema de cotas), de Extensão, para os que atuam no PET (Programa de Educação Tutorial) e muitas outras.

Os alunos realizam estágios não obrigatórios, remunerados, dentro de um limite de 30 horas semanais. É outra modalidade para que os alunos possam se manter e direcionar sua atenção para o curso.

A organização estudantil dá-se no âmbito da Universidade pelos CAs (Centros Acadêmicos – vinculados aos cursos) e pelos DCE (Diretórios Centrais de Estudantes – vinculados às Universidades e integrando os CAs). Em nível nacional existe a UNE (União Nacional dos Estudantes – representação maior dos discentes).

No caso dos cursos de Biblioteconomia, além das organizações apresentadas, existe a Executiva Nacional, uma central que coordena os eventos específicos dos discentes: EREBDs e ENEBDs (Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia e Documentação e Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia e Documentação). Os primeiros são realizados em regiões do país e o Nacional abrange todas as regiões. São anuais e congregam estudantes visando discutir temas de interesse.

Entidades da área no âmbito da formação

A Biblioteconomia e a Ciência da Informação possuem no Brasil duas grandes entidades no âmbito da educação e da formação de profissionais. Uma delas, a ABECIN (Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação – fundada em 2001 substituindo a ABEBD – Associação Brasileira de Ensino em Biblioteconomia e Documentação, fundada, por sua vez, em 1964), está voltada para os aspectos da formação e educação no nível da graduação. A segunda, a ANCIB (Associação Nacional e Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação – fundada em 1989), por seu lado, tem interesse no ensino de Pós-Graduação e no desenvolvimento das pesquisas na área.

A ANCIB realiza um evento anual chamado ENANCIB (Encontro Nacional da ANCIB), sempre promovido por um Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Nesse evento, são apresentados trabalhos divididos em 11 GTs (Grupo de Trabalho), cada um voltado para uma temática específica e de interesse da área. A ANCIB também possui uma revista especializada em que publica os trabalhos mais relevantes – indicados pelos GTs – apresentados nos ENANCIBs. O site da ANCIB é <http://www.ancib.org.br/>.

A ABECIN organiza dois grandes eventos, sendo um, atualmente, anual (ENECIN – Encontro Nacional de Educação em Ciência da Informação) e outro bienal, ultimamente oferecido junto ao CBBB (Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação). Esse evento chama-se SNAC (Seminário Nacional de Avaliação Curricular) e congrega professores interessados em discutir aspectos relevantes do currículo do curso de Biblioteconomia, do Projeto Político Pedagógico e da matriz curricular.

Além disso, a ABECIN mantém uma revista, recentemente lançada, chamada Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, voltada exclusivamente à temática educação e formação de profissionais.

Entre outros trabalhos oferecidos por essa Associação, destaca-se o Prêmio TCC. As escolas encaminham para a ABECIN o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) escolhido entre os defendidos naquele ano em cada uma delas. Uma Comissão específica analisa os TCCs e elege os melhores. Como prêmio, os trabalhos são publicados em formato e-book, disponíveis para acesso gratuito no site da Associação: <http://www.abecin.org.br>.

Finalizando

O objetivo deste relato foi apresentar um breve panorama da situação da área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no Brasil. Muitos pontos foram abordados de maneira rápida, sem um adequado aprofundamento. A proposta é a de que esta seja a base para inclusão de outras informações, de maiores discussões sobre os temas apresentados, ampliando e atualizando os itens aqui desenvolvidos.

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior – Presidente da ABECIN, gestão 2014-2106. Professor Associado da Universidade Estadual de Londrina (UEL); professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP- Marília); mantenedor do site Infohome (www.ofaj.com.br).